

A IMPRENSA NA CIDADE DE SANTOS: 1849-1930

Alexandre Alves*

Resumo

O propósito deste artigo é analisar o desenvolvimento da imprensa na cidade de Santos, de 1849 (quando surgiu o primeiro jornal santista, a Revista Commercial) a 1930 (fim da República Velha). Neste período, os jornais foram instrumentos essenciais no processo de transformação da cidade, nas lutas sociais e na constituição da identidade da mais importante cidade portuária do Brasil. A repercussão que tiveram os movimentos abolicionista, republicano e operário em Santos se deve, em larga medida, ao vigor do jornalismo e da imprensa na cidade, que estimularam e potencializaram a circulação de novas idéias.

Palavras-chave

Santos; imprensa; cidade; abolicionismo; movimento operário.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the historical development of the press in the city of Santos, from 1849 (when the first santista journal, Revista Commercial appeared) to 1930 (end of the Brazilian first Republic). During this period, the newspapers had been essential instruments for the city's transformation process, having a role on the social contents and the construction of the identity of the city that shelters the most important Brazilian seaport. The repercussion of the abolitionist, republican and worker movements in Santos are due, mainly, to the strength of a journalism that stimulated and potencialised the circulation of new ideas inside the city.

Keywords

Santos; press; city; abolitionism; worker movement.

Introdução

Nascida dos intermináveis debates sobre a liberdade de expressão e de opinião, a partir da segunda metade do século XVIII, no bojo do movimento iluminista, a imprensa se tornou um elemento essencial e característico da experiência de mundo do homem moderno. Até o início do século XX, os jornais eram o principal meio de formação da opinião pública, principalmente a chamada “grande imprensa”, ou seja, os jornais diários. Nessa época, os jornais já ofereciam uma grande quantidade de notícias nacionais e internacionais, mas tendiam a se enraizar, sobretudo, no ambiente imediato e familiar aos leitores, apresentando-lhes os acontecimentos que pontuavam o seu cotidiano e concitando-os a tomar uma posição ativa diante deles. Na França de 1912, por exemplo, existiam mais de trezentos jornais diários em Paris e 242 no interior, além de centenas de folhas semanais ou bissemanais, que muitas vezes chegavam a ser mais populares que os próprios diários.¹

Porém, no Brasil a imprensa chegou tardiamente. A administração colonial portuguesa não se limitava a censurar livros e impressos, como já era praxe na Metrópole, mas proibia completa e terminantemente a presença de tipografias e as atividades de impressão nos domínios portugueses. Livros, bibliotecas e materiais impressos eram muito raros e considerados perigosos no Brasil colonial, por serem fonte potencial de subversão. Imprimir era um crime e um sacrilégio: quem exercesse atividades tipográficas nas colônias portuguesas era preso e deportado para o Reino, além de ter seus prelos destruídos. No mundo colonial português, temia-se, mais que qualquer outra coisa, a difusão de idéias contrárias aos interesses do Estado e aos dogmas da Igreja.

Foi somente após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, que passaram a haver atividades tipográficas regulares no país. Nos porões de um dos navios que trouxeram a corte portuguesa para cá, foi embarcado um prelo adquirido na Inglaterra e destinado à Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Um decreto de maio daquele ano autorizava a utilização de tipografias e instituía a Impressão Régia do Rio de Janeiro. Pela primeira vez, chegavam livros e imprensa ao país com aval do governo.

A propagação da imprensa na modernidade está associada fundamentalmente ao crescimento das cidades, à intensificação da vida urbana, com a conseqüente demanda de informação por uma classe média culta e educada. Foi assim que houve o *boom* da imprensa na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX. Entretanto, num país escravocrata e analfabeto, recém-saído da condição colonial, como o Brasil no período imperial, a imprensa demorou a ser viável como atividade comercial. A urbanização

incipiente e precária, a falta de dinamismo de uma economia agrária fundada no trabalho escravo, as poucas atividades comerciais e industriais e a inexistência de uma classe média educada e numericamente representativa são fatores que contribuíram significativamente para o atraso do surgimento da cultura impressa no Brasil.

Nesse contexto desolador, o caso da cidade de Santos é excepcional, pois nesta cidade do litoral paulista desenvolveu-se ainda no século XIX uma imprensa ativa e vigorosa, que primava por sua resistência às difíceis condições para o jornalismo no Brasil da época. Desta forma, o objetivo desse estudo é identificar os fatores que permitiram o surto jornalístico na cidade de Santos, relacionando imprensa e vida urbana num período que vai da fundação do primeiro jornal da cidade, em 1849, até o fim da República Velha.

A imprensa santista e o processo de urbanização da cidade

Em sua monografia sobre a imprensa em São Paulo, Lafayette de Toledo² arrola 123 títulos, entre jornais e revistas, em Santos, no período de 1848 a 1896. Entre 1827 e 1896, segundo o seu levantamento, foram publicados 1536 periódicos no Estado de São Paulo. Destes, a maior parte (664) pertence à cidade de São Paulo. Santos vem a seguir com 130 títulos, na frente de Campinas (66) e Taubaté (52). Somente no ano de 1896, quando foi escrita monografia, verifica-se a fundação de 96 jornais e revistas no Estado.

No decorrer do segundo reinado, a imprensa se expande nas regiões mais prósperas da província de São Paulo, acompanhando o roteiro do café. Santos representa, nesse contexto, um caso particular, tendo sido uma das primeiras cidades paulistas a ter imprensa. Entre 1849 e 1930, houve quase duzentos jornais e mais de duas dezenas de revistas em Santos e, embora a maior parte tenha sido de duração efêmera, essa quantidade de títulos impressiona e demanda hipóteses para explicá-la. Que relação guarda a imprensa com o devir da cidade portuária entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX? Que fatores propiciaram os empreendimentos jornalísticos na cidade e qual o perfil da sua imprensa? Que vínculo pode-se estabelecer entre essa imprensa e as lutas sociais das quais a cidade foi palco nesse período?

Até meados do século XIX, Santos era uma Vila pequena e sem grande expressão. Uma exígua população vivia basicamente do que produzia o mar: de pesca e de atividades econômicas como a extração do sal marinho e a comercialização de óleo de baleia, utilizado na época para acender os lampiões. Porém, com o deslocamento do centro dinâmico da economia cafeeira das fazendas fluminenses para o Vale do Paraíba e posteriormente para o Planalto Paulista, a partir da década de 1830, o porto de Santos assumiu uma posição cada vez mais estratégica na economia nacional. O crescimento da cidade e a riqueza

de Santos, portanto, se devem ao porto e ao “eixo” que a cidade forma com São Paulo, de tal maneira que até hoje a maior parte das exportações brasileiras ainda passa pelo porto santista.

O destino de Santos esteve, desde o início, ligado ao da cidade de São Paulo. Em seu estudo sobre a geografia de São Paulo, Caio Prado Júnior as considerava “cidades casadas”, formando um único “sistema” São Paulo-Santos, no qual Santos desempenha o papel de ponto de articulação com o exterior, por intermédio do porto, enquanto São Paulo é o centro de convergência dos fluxos provenientes do planalto paulista.³ A importância do sistema Santos-São Paulo seria justamente o maior responsável pela preponderância econômica do Estado de São Paulo, a “locomotiva”, na economia nacional.

Em 1823, segundo o historiador Francisco Martins dos Santos,⁴ a cidade possuía apenas 4.700 habitantes, dos quais 2.000 eram escravos e 2.700 livres; entre os livres, 1.400 eram mestiços. Em 1839, quando a Vila foi elevada à categoria de cidade, Santos era “o tipo apurado de uma povoação colonial sem fortuna e as praias lodosas do porto [...] freqüentadas por bandos de urubus davam a nota característica local”.⁵

É nesse contexto, algo desolador, que surge a imprensa em Santos, apenas dez anos após a elevação de vila a cidade. O primeiro jornal santista foi a *Revista Commercial*, fundada em 1849 pelo alemão Guilherme Délius, com tipografia própria. Surge em seguida *O Nacional* (1850), de Martim Francisco de Andrada (filho do célebre irmão de José Bonifácio), impresso na Tipografia Imparcial e no mesmo formato que o *Ipiranga*, da capital.⁶ Martim Francisco foi compelido a vender a tipografia devido a dificuldades financeiras. O comprador, o português Manoel Raposo de Almeida, fundou *O Mercantil* (1850), que durou dois anos, na tentativa de concorrer com a *Revista Commercial*. Em 1851, foram editados na cidade ainda dois pequenos jornais - *O Precursor* e o *Médico Popular* - que tiveram vida efêmera. Em 1857, começou a circular *O Commercial*, dos irmãos Joaquim Roberto e Roberto Maria de Azevedo Marques. O jornal, de linha conservadora, contava com o apoio do poder municipal e publicava as atas municipais, mas conseguiu manter-se apenas até 1860. A maior parte das publicações desse período não conseguiu manter-se por muito tempo, devido às mesmas dificuldades que assinalamos no caso de São Paulo: alto custo do papel, ausência de mão-de-obra qualificada, público leitor e anúncios insuficientes para viabilizar comercialmente os periódicos.

O único jornal que se sustentou foi a *Revista Commercial*, devido em grande parte à dedicação e competência de Guilherme Délius, que trouxe a Santos todo o *know-how* e a experiência adquiridos na cidade de Hamburgo, na Alemanha. Délius era um médico extremamente culto: conhecia diversas línguas antigas e modernas, tendo sido professor de latim, inglês e alemão no *Colégio Alemão* de Santos, além de tradutor juramentado da Alfândega de Santos.⁷

Desde o início, o periódico manteve uma linha marcadamente liberal e antiescravista. Entre janeiro e março de 1851, a *Revista Commercial* publica, em partes secessivas, o famoso discurso de José Bonifácio na Constituinte de 1823, onde o patriarca da independência defendeu a abolição da escravidão no Brasil. Desde seus primeiros números, o jornal faz campanha sistemática pela abolição. No entanto, Délius evita o confronto direto com o governo e a retórica política inflamada dos jornais e pasquins da época. Através de dados numéricos e tabelas, a *Revista* procura comprovar economicamente a inviabilidade do trabalho escravo e as vantagens do trabalho livre. Outra estratégia é transcrever discursos, cartas e outros textos, publicados no Brasil e no exterior, para conferir credibilidade e consistência às posturas adotadas pelo jornal. Entre 1851 e 1852, reflete-se em suas páginas a luta com o concorrente *O Mercantil*, de Manoel Raposo de Almeida, tomando posição em favor dos brasileiros no conflito entre os nacionais e os portugueses, que se desenrolava naquele momento. A partir de 1860, a *Revista* já não tem perfil estritamente comercial. Em crise financeira, estava à procura de um público mais amplo; precisava ampliar sua circulação. Em 1865, Délius é obrigado a vendê-la, junto com a tipografia comercial. Depois de passar pela mão de diferentes donos, a *Revista Commercial* para de circular em 1872, quando se encerra todo um primeiro ciclo da imprensa santista.

Um dos fatores que facilitavam a circulação de informação em Santos era o fato de nesta cidade funcionar a única linha regular de correio com São Paulo e com a corte, no Rio de Janeiro. As comunicações com o interior de São Paulo só se tornaram regulares após a construção da ferrovia SPR em 1867, interligando Santos a Jundiaí. Não por acaso, foi justamente nas cidades situadas ao longo da linha - como Campinas, Jundiaí e Guaratatingetá - onde a imprensa floresceu no interior do Estado. A partir de 1874, também ficará mais fácil obter informações do exterior. Até então, chegavam notícias do exterior apenas por carta, mas neste ano, a primeira agência de notícias do mundo, a Reuter-Havas, instalou uma sucursal no Rio de Janeiro.⁸ O *Jornal do Comércio* recebia o noticiário da agência por telegrama e depois o repassava aos outros jornais, que passaram a ter uma página internacional.

Foram fundamentais também as tipografias existentes em Santos, a primeira das quais teria sido a *Commercial* de Guilherme Delius. A informação sobre a impressão de livros nesse período nos dá uma idéia das tipografias santistas. Em 1851, foi impresso o drama “A estrangeira”, de Francisco Luiz d’Abreu, na *Typographia Commercial* de Guilherme Délius. Em 1852, pela mesma tipografia, a “Oração de Santa Thereza” do padre José Norberto de Oliveira e, em 1860, foi impressa a comédia “Os grandes da época, ou A febre eleitoral”, de Antonio Pereira dos Santos, na *typographia de V.A. de Mello*. Segundo o *Almanak da Cidade de Santos*, em 1871, havia três tipografias em funcionamento na

cidade: a *Typographia Commercial* que editava a *Revista* às terças, quintas e sábados, a *Typographia do Commercio*, que imprimia o jornal *Commercio de Santos* às segundas, quartas e sextas e a *Typographia Imparcial*, que publicava *A Imprensa* às terças e quintas.⁹

A partir da década de 1870, a cidade se enriquece cada vez mais com o comércio e a exportação do café plantado nas grandes propriedades do interior paulista.¹⁰ O porto santista tinha se tornado indispensável para a economia nacional, mas faltava à cidade uma infra-estrutura urbana compatível com sua importância estratégica. O período decisivo na transformação da paisagem urbana de Santos vai de 1870 à década de 1910, no decorrer do qual a sua fisionomia se modifica radicalmente: Santos deixa de ser uma cidade semi-colonial para ingressar na modernidade.

Na reforma urbana de Santos, o maior problema a ser equacionado era o das epidemias, que assolavam a região (a preocupação com as epidemias já se reflete nos últimos números da *Revista Commercial*, em 1872). Os dados revelam a magnitude do problema: entre 1891 e 1895, morreram, só de febre amarela, 5.740 pessoas e, entre 1890 e 1900, morreram no total 22.588 pessoas vítimas das epidemias, quase metade da população do município, que em 1900 era de 50.389 habitantes.¹¹

Impulsionada pelo crescimento das exportações de café e também de açúcar, a cidade se desenvolve continuamente e passa por um processo acelerado de adensamento da malha urbana. Com a vinda de imigrantes europeus, mas também de migrantes de São Paulo e do nordeste, há expressivo aumento populacional. Em 1890, Santos tinha 13.012 habitantes, passou a ter 88.967 em 1913 e, em 1935, atingiu a cifra de 142.059 habitantes.¹²

Mas esse crescimento tem seu custo. A presença da lama escura, típica de mangues e áreas pantanosas, marcava tanto a fisionomia da cidade que vista à distância do mar a cidade parecia negra, como observava o escritor Júlio Ribeiro em 1888: “vista do mar, do estuário a cidade é negra: *black town* lhe chamavam os ingleses”.¹³ A insalubridade da cidade era famosa e afastava dela visitantes, investimentos e trabalhadores. A cidade foi construída sobre antigos mangues e estava rodeada por áreas pantanosas, além do clima quente e úmido e dos verões prolongados que os santistas conhecem bem até hoje. Contam os relatos que, nos dias de chuva, as ruas sem calçamento transformavam-se em verdadeiros lagos. Quando a maré baixava, enormes lamaçais mal-cheirosos contaminavam a cidade. Esses fatores a tornavam propícia às infestações: na segunda metade do século XIX, proliferaram doenças como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a difteria, a tuberculose, entre outras moléstias.

As medidas adotadas pelo poder público para controlar as epidemias eram paliativas e ineficientes, como a limpeza das praias, as quarentenas no porto e a construção de um

hospital para isolamento dos doentes. Só foram tomadas providências sérias quando as moléstias começaram a “subir a serra”, junto com os passageiros da ferrovia inglesa, ameaçando a cidade de São Paulo. Obrigado a tomar atitudes, o governo da província instituiu duas comissões, independentes da municipalidade e diretamente subordinadas ao governo estadual: a *Comissão Sanitária*, responsável por vistoriar habitações, promover desinfecções e fiscalizar a limpeza de quintais e terrenos baldios, e a *Comissão de Saneamento*, responsável pelas obras de canalização de água e pela construção da rede de esgotos. Para higienizar a cidade e implementar um plano urbanístico, foi contratado o engenheiro Saturnino de Brito. Era preciso remodelar o traçado das ruas, modernizar o porto e prevenir a ocorrência de infestações. Saturnino formulou seu plano, posto em prática a partir de 1905, com o engenhoso sistema de canais de drenagem, ainda em pleno funcionamento hoje.

A afluyente burguesia da região, composta principalmente pelos comissários do café, impulsiona a expansão urbana da cidade. Na passagem do século XIX para o século XX, começa a circular o sistema de bondes, inicialmente puxados por burros, antes da eletrificação das linhas em 1909. A iluminação pública passa do sistema a gás para a eletricidade em 1904. Nos bairros ricos são edificadas casarões e palacetes, surgem hotéis caros e cassinos na orla da praia e no Monte Serrat. Abrem-se grandes avenidas, calçadas e iluminadas, como a Conselheiro Nébias e a Ana Costa. Há mudanças de hábitos e comportamentos, sintomas do novo século: os santistas começam a freqüentar as praias e a expor seus corpos ao sol. O último canal, conforme o projeto de Saturnino, é construído em 1927, completando o processo de transformação da paisagem urbana santista.

Paralelamente, os trabalhadores portuários e os descendentes dos escravos libertos vão sendo empurrados para os morros, num modelo excludente de ocupação do espaço urbano típico das grandes cidades brasileiras. Em Santos, forma-se o primeiro contingente significativo de proletariado urbano do Estado de São Paulo. O processo de higienização foi também um processo de segregação espacial, como ressalta a historiadora Ana Lanna:

[...] encontramos a população local sendo atacada, transformada e responsabilizada por todos pelas mazelas e vícios da cidade. É sobre ela que estas intervenções “modernizadoras” recairão com violência, definindo novos lugares./ A discussão e implementação de uma cidade higiênica e bela e associação entre salubridade física e social foi uma das formas fundamentais de generalização dos valores burgueses, de controle desta população móvel e instável.¹⁴

Todas essas transformações ecoarão nas páginas de uma imprensa que se expande a partir das últimas décadas do século XIX. Impulsionados pelas melhorias nas técnicas de impressão e pelo crescimento demográfico, multiplicam-se os periódicos na cidade.

A imprensa tende a se segmentar e se partidizar, refletindo as lutas políticas e ideológicas do período. Surge uma imprensa republicana e abolicionista, que faz ásperas críticas ao governo monarquista, principalmente após a catástrofe da Guerra do Paraguai. Surge também uma imprensa monarquista e conservadora, vinculada ao governo imperial e à Igreja e, mais tarde, na passagem do século XIX ao século XX, aparecerá também uma imprensa operária, que introduz uma nova voz na imprensa da cidade.

Vicissitudes do jornalismo no Segundo Reinado

Entre as décadas de 1860 e 1870, começa a se afirmar a cultura escrita no Brasil, com surtos editoriais, fundação de jornais e revistas, publicação de opúsculos e folhetins, além dos populares almanaques das cidades. A intensificação da vida urbana e o crescimento de um classe média sequiosa de cultura e informação permitiram a ampliação da cultura impressa no país. Aumentam o número de tipografias existentes e se multiplicam as casas editoras, como a de Francisco Alves de Oliveira (1872), antiga Livraria Clássica, no Rio de Janeiro.

Até a década de 1850, a imprensa brasileira era feita de modo artesanal e com distribuição bastante restrita. O jornalismo era uma aventura solitária: tudo era improvisado e era até mesmo possível alguém fazer um jornal sozinho e depois lutar para distribuí-lo. A partir das décadas seguintes, no entanto, o jornal passará a ser encarado como uma empresa, que exige investimentos e implica divisão de trabalho. As inovações técnicas e o aprimoramento da apresentação gráfica dão ensejo ao surgimento das revistas ilustradas, humorísticas e de caricaturas. Nas revistas de caricaturas, o humor funcionava como uma válvula de escape para as tensões políticas e o desenho era uma forma de comunicação imediata e de fácil compreensão.

A primeira caricatura foi impressa no *Jornal do Commercio* em 1837, de autoria do pintor Manoel de Araújo Porto-Alegre e, sugestivamente, era uma cena de suborno. A *Lanterna Mágica - Periódico Plástico-Filosófico* (1844), idealizado por Araújo Porto-Alegre e Rafael Mendes de Carvalho, durou até 1845 e representou o primeiro avanço técnico na imprensa brasileira. Em 1864, era lançado em São Paulo *O Diabo Coxo*, de Luiz Gama e Ângelo de Agostini. Impresso na Tipografia Alemã, saía aos domingos e trazia quatro páginas de ilustrações e quatro páginas de textos. Foi a primeira revista ilustrada paulista e marcou época pelas críticas impiedosas que fazia aos políticos e à Igreja, utilizando o humor corrosivo como uma verdadeira arma.¹⁵

Os romances de folhetim tornaram-se populares no segundo reinado, especialmente no Rio de Janeiro, onde eram publicados por jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*. Os escritores eram um dos maiores atrativos

desses jornais. Além dos folhetins, eles escreviam artigos e crônicas, em que refletiam sobre os acontecimentos mundiais e as transformações pelas quais passava o Brasil do segundo reinado. O escritor Manuel Antonio de Almeida publicou seu romance, *Memórias de um Sargento de Milícias* (1853), nas páginas do *Correio Mercantil*. José de Alencar, que era redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, publicou nas suas páginas os romances *Cinco Minutos* (1856), *Viúvinha* (1857) e *O Guarani* (1857). Escritores como Joaquim Manuel de Macedo, Golçanves Dias, Bernardo Guimarães, Castro Alves, Alexandre Herculano e Feliciano de Castilho freqüentavam amiúde as páginas dos jornais da corte. Foi num pequeno jornal, *A Marmota*, que Machado de Assis iniciou sua carreira, tendo escrito crônicas, contos e crítica literária para vários jornais. Até o surgimento das grandes empresas jornalísticas, na passagem do século XIX ao século XX, era raro o tratamento objetivo da notícia, que em geral mimetizava a linguagem ornamentada da literatura. Nesta época de imprensa artesanal, não havia separação de seções, nem segmentação. Literatura e imprensa se conjugavam, unindo a demanda de uma classe média urbana por informação e cultura à necessidade dos autores nacionais de encontrar canais de expressão.

Não obstante, o folhetim também cumpria a função de desviar a atenção das tensões sociais e dos conflitos políticos do império escravista de Pedro II, tensões e conflitos que eclodiram com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870). Após a fundação do Partido Republicano, em 1870, cria-se uma imprensa partidária, destinada a difundir o ideário republicano e formar uma opinião pública anti-monarquista. Em dezembro de 1870, é lançado no Rio de Janeiro o jornal *A República*, órgão do Clube Republicano dirigido por Quintino Bocaiúva. A imprensa da corte tendeu a se manter monarquista, mas mesmo lá penetrou a propaganda republicana, com jornais como a *Gazeta de Notícias* (1875), o *Diário de Notícias* (1875) e, principalmente, *O Paiz* (1884), dirigido por Quintino Bocaiúva. Na última década da monarquia no Brasil, multiplicam-se os jornais e pasquins republicanos, lutando por reformas como a separação entre a Igreja e o Estado, o federalismo e o fim dos castigos corporais nas forças armadas.

Em São Paulo, destacam-se o *Correio Paulistano* (1872), que muda de orientação, convertendo-se em órgão do Partido Republicano Paulista, e *A Província de São Paulo* (1875), futuro *O Estado de São Paulo*. O *Correio Paulistano* tornou-se abolicionista após ser comprado por Antônio da Silva Prado em 1887. Foi o primeiro jornal paulista impresso em rotativa. *A Província de São Paulo* foi lançada por uma sociedade em comandita por iniciativa de Francisco Rangel Pestana e outros empresários do interior paulista, principalmente da cidade de Campinas. Constitui um dos primeiros exemplos de organização empresarial da imprensa no Brasil. Dependia exclusivamente de anúncios e assinaturas

para sobreviver e também introduziu a venda avulsa nas ruas. Passou a se chamar *O Estado de São Paulo* após ter passado para a direção de Júlio de Mesquita em 1891.

Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense, esteve no Brasil em 1889 para cobrir a queda da monarquia de Pedro II e fez observações cortantes sobre a imprensa brasileira no período, criticando tanto os jornais comerciais, quanto a imprensa paridária:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. [...] Em tôrno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções d'esses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível.¹⁶

A partir de 1870, setores urbanos que faziam parte da elite cultural do país, como intelectuais, jornalistas e escritores, se engajaram na luta pela abolição do trabalho escravo no Brasil. Eles participavam ativamente dos clubes abolicionistas e denunciavam em artigos de jornal e palestras os atos de violência contra os escravos e a injustiça do regime escravista. Assim, eles influenciaram a opinião pública, causando um sentimento de revolta diante da escravidão. A imprensa abolicionista teve um papel muito importante na difusão do ideal abolicionista e na formação dessa opinião pública.

Nesse contexto, surgiu uma série de jornais que tinha como causa maior a supressão da escravidão. Em diferentes cidades do Brasil, mas principalmente no Rio de Janeiro, esses jornais denunciavam, pressionavam e mobilizavam a população em defesa da causa abolicionista. Na capital surgiram a *Gazeta de Notícias* (1875), a *Gazeta da Tarde* (1880), dirigida por José do Patrocínio, além de muitos outros jornais pequenos que eram distribuídos à população, por vezes em improvisadas cópias manuscritas.

Em 1884, o jornal *O libertador* anunciou a libertação total dos escravos da Província do Ceará. O fato foi saudado pelos mais célebres intelectuais abolicionistas da época, como José do Patrocínio, que se deslocou do Rio de Janeiro especialmente para testemunhar esse evento. Joaquim Nabuco também comemorou com entusiasmo esse acontecimento que ele registrou numa carta escrita alguns anos depois em Paris: “A emancipação do Ceará foi o acontecimento decisivo para a causa abolicionista. O efeito moral da existência de uma Província livre, resgatada e, desde então, fechada para a escravidão foi imenso; o efeito político imediato”.¹⁷

Como vimos acima, o abolicionismo era uma causa defendida pela imprensa santista desde a *Revista Commercial* de Guilherme Délius. Contribuiu para isso o fato de Santos

nunca ter sido um grande centro escravista. Pelo contrário, muitos santistas colaboraram intensivamente, através dos clubes abolicionistas e da criação de quilombos, para o fim da escravidão. A partir de 1870, setores cada vez mais amplos da população livre da cidade envolviam-se na luta abolicionista, acoitando escravos, patrocinando fugas, reunindo fundos para obter alforrias, defendendo escravos foragidos na justiça. Os escravos fugitivos das fazendas do interior paulista eram encaminhados pelos *caifases* ao quilombo Jabaquara, fundado em 1882 em Santos. Os *caifases* eram a facção mais radical e combativa do movimento abolicionista paulista. Sob a liderança do advogado Antônio Bento, eles agenciavam fugas coletivas, perseguiram capitães-do-mato e ameaçavam senhores de escravos. Os negros foragidos eram enviados ao quilombo Jabaquara e à Província do Ceará, que era território livre desde 1884. Devido à ação dos abolicionistas, a maioria das cidades paulistas já havia abolido a escravidão antes da Lei Áurea, em 1888.¹⁸

A cidade de Santos tornou-se, na última década do regime escravista, um pólo aglutinador desses escravos em fuga. Em Santos, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, o abolicionismo estava intimamente ligado ao movimento republicano. Nos anos finais da escravidão, estima-se que cerca de 10.000 negros fugidos tenham se estabelecido na cidade. A repercussão que teve o movimento abolicionista em Santos se deve, em larga medida, ao seu jornalismo e à sua imprensa. A cidade foi declarada território livre em 1886, antes portanto, da abolição oficial. Mas alguns supostos abolicionistas se aproveitavam da situação para ganhar dinheiro com uma causa humanitária ou obter mão-de-obra barata, num momento em que crescia a oferta de empregos e havia dificuldade em conseguir trabalhadores.¹⁹

Entre os jornais que se engajaram na causa abolicionista em Santos, destacamos em primeiro lugar *O Raio* (1875), hebdomadário que apoiava o abolicionismo de Luis Gama, mas durou apenas cerca de um ano. Após o seu fechamento outro jornal, *A Tesoura*, dava com tristeza a seguinte notícia: “A maior novidade da semana foi o fechamento do *Raio*, que bastante contristou aos seus numerosos leitores. Depositamos, como signal de gratidão, uma saudade sobre sua sepultura”.²⁰ Vários jornais, feitos por estudantes, que eram membros de clubes abolicionistas como a célebre *Bohemia Abolicionista*, circularam em cópias manuscritas entre 1881 e 1883: *O Porvir*, *O Embrião*, *O Pirata*, *O Guarani*, *O Periquito* e *O Papagaio*. Em seguida surgiram *O Alvor* (1884) e *O Piratiny* (1885), fundados por membros do Partido Republicano de Santos, entre os quais Antônio Augusto Bastos, Guilherme de Melo e o poeta Vicente de Carvalho. Em 1886, circula o jornal *Vinte e Sete de Fevereiro*, vinculado ao clube abolicionista de mesmo nome. Em 1887, circulou um pequeno jornal, de distribuição gratuita, redigido por Alberto Sousa, João Emmerich e

Gastão Bousquet, *A Vila Da Redenção*, título que faz referência ao quilombo do Jabaquara de Quintino de Lacerda. Já para comemorar a abolição, passa a circular, em 21 de maio de 1888, o jornal *Luiz Gama*, vinculado ao clube de mesmo nome.

O líder dos negros no quilombo Jabaquara era o ex-escravo Quintino de Lacerda. Amigo do abolicionista Silva Jardim e do governador Bernardino de Campos, Quintino foi a ponte entre a elite branca e os negros libertos. Na grande greve no Porto de Santos em 1891, ele boicotou os operários grevistas, arregimentando a pedido de Bernardino “turmas de homens de cor” (na expressão usada pelo *Correio Paulistano* de 21 de maio de 1891) para manter as cifras de embarque e não prejudicar as exportações de café. Em 1893, quando houve a Revolta da Armada, tomou o partido do governo e ofereceu seus serviços a Floriano Peixoto, pelo que foi condecorado Major Honorário do Exército Brasileiro. Foi eleito vereador da Câmara Municipal em 1895, mas impedido de tomar posse pelos outros vereadores brancos, que se negavam a compartilhar o poder com um negro analfabeto. Quintino de Lacerda era um personagem interessante e contraditório. Chegou a ser célebre em Santos, ocupando o noticiário dos jornais e recebendo elogios das autoridades. Ao mesmo tempo em que defendia os direitos dos negros libertos, principalmente o de permanecer nas terras do quilombo após a abolição, Quintino era cooptado pelas elites locais, que se utilizavam de seus serviços e se aproveitavam de sua liderança sobre os negros.

Os grupos e associações abolicionistas foram dissolvidos após o fim da escravidão, quando teoricamente sua missão estava concluída. Não havia nenhum plano para a integração dos libertos à sociedade e ao mercado de trabalho livre. Excluídos da participação política e do mercado de trabalho, expulsos das terras do Quilombo, foram condenados à marginalização. Com a aceleração do processo de urbanização, entre a última década do século XIX e a primeira do século XX, a população de negros pobres foi cada vez mais empurrada para a vida perigosa e precária nas encostas dos morros santistas.

A grande imprensa na passagem do século XIX ao século XX

No Brasil, a partir da última década do século XIX, há um expressivo incremento da imprensa, devido ao aperfeiçoamento técnico das oficinas gráficas, mas também à intensificação do crescimento urbano nas grandes cidades do país. Em grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro, surgiram as “revistas ilustradas” no início do século XX, que incorporavam a ilustração e a fotografia. No Rio de Janeiro, as principais foram a *Revista da Semana*, *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon!* (1907) e *Careta* (1908).

No início do século XX, as elites cultas de países como Estados Unidos, França e Alemanha liam jornais como o *The Times*, o *Journal des Débats* e a *Neue Freie Presse*. Mas surge uma imprensa de massa, que recorre cada vez mais a inovações visuais para popularizar a informação: cabeçalhos em caixa-alta, *lay-out* da página, mistura de texto e imagem e incrementos na publicidade. Havia modificações não só no plano da forma, mas também do conteúdo, que era dividido em seções e porções pequenas e independentes, adaptando-se a um tipo de leitor de menor nível cultural e pouco acostumado a se concentrar em longos textos. Essas mudanças permitiram a ampla difusão dos jornais. Por volta de 1890, grandes diários ingleses, por exemplo, chegavam a alcançar tiragens de um milhão de exemplares.²¹ Nessa mesma época, no Brasil, grandes diários como *Jornal do Brasil*, e *O Estado de São Paulo*, conseguiam vender, no máximo, alguns milhares de exemplares. Em 1900, o *Jornal do Brasil* atingiu a tiragem de 50 mil exemplares diários e, em 1903, chegou a 62 mil exemplares. Em 1896 *O Estado de São Paulo* imprimia 8 mil exemplares, em 1906 atingiu a tiragem de 35 mil.²²

Como esclarece Werneck Sodré,²³ a partir do momento em que o jornal se torna uma empresa capitalista, suas rela es com anunciantes, leitores e com o poder se modificam completamente. Surge o problema das sucessões políticas e a necessidade dos detentores do poder comprarem a opinião da imprensa para garantir a manuten o do mando político. O problema se agrava nas sucessões presidenciais, quando se torna praxe a compra de jornalistas pelo governo: “  agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e   ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.²⁴ Evidentemente, continuam havendo jornais críticos, que fazem oposi o virulenta ao governo, mas os ataques visam mais indivíduos do que idéias: algumas personalidades são sacralizadas, enquanto outras são enxovalhadas diante dos olhos do público leitor.

De qualquer maneira, tende a desaparecer o jornal como aventura e empreendimento individual, apoiado em alguma figura de prestígio (político ou intelectual) como redator e impresso em oficinas artesanais. Uma das conseq ncias da passagem do jornalismo como aventura solitária ao jornalismo empresarial   a redu o do número de periódicos, pois abrir um jornal passa a ser um empreendimento de risco que exige vultosos investimentos.

A ado o da racionalidade econ mica pelos jornais também implicou mudanças na linguagem jornalística: a notícia passa a ser tratada de maneira mais objetiva, o jornal deixa de mimetizar a linguagem literária e rebuscada dos escritores. Apesar de estes continuarem a ser requisitados como redatores dos principais jornais. Olavo Bilac, Alphonsus de Guimarães, João do Rio, Coelho Neto, Arthur Azevedo, são para citar nomes famosos, contribuíram regularmente para jornais. As contribui es literárias passam a ser se es

fixas, separadas das notícias, geralmente postas no rodapé, junto com as críticas literárias. As revistas ilustradas, que começam a proliferar na *Belle Époque*, são agora os meios mais adequados para a criação e discussão estético-literária.

Observam-se, além disso, outras mudanças relativamente lentas: o folhetim tende a ser substituído pelas colunas e reportagens, o artigo político pela entrevista, a doutrinação ideológico-partidária pela informação. Temas, antes secundários, como o noticiário policial, o esporte e a moda, ocupam um espaço cada vez maior. A profissão de jornalista ainda não era reconhecida e os escritores tinham que se esforçar para redigir reportagens e notícias objetivamente, evitando a linguagem retórica e ornamentada com que haviam se acostumado.

Todo esse dinamismo foi, em parte, antecipado pela imprensa santista, que desde o final do século XIX já possuía jornais diários, de ampla circulação, como o *Diário de Santos* (1872), a *Tribuna do Povo* (1894) e o *Santos Comercial* (1894). O *Diário de Santos* foi o jornal mais importante da cidade depois da *Revista Commercial*, de Guilherme Délius, e o mais duradouro, depois da *Tribuna do Povo*, de Olímpio Lima. Foi também o primeiro jornal santista organizado como empresa e gerido por uma sociedade comercial. Para ele contribuíram alguns dos melhores jornalistas da cidade na época, tanto que foi considerado uma verdadeira “escola de jornalismo”. A partir de 1877, passou a ser impresso em tipografia a vapor, que também imprimia a *Revista Nacional de Ciências, Artes e Letras* (1877), editada pelo escritor Inglês de Sousa, introdutor do naturalismo na literatura brasileira. Republicano e abolicionista, o *Diário de Santos* fazia virulentas e inflamadas críticas à Igreja e ao governo monarquista.

Ao contrário do que se costuma divulgar, não há nenhuma relação entre a *Revista Commercial*, que fechou em 1872, e o *Diário de Santos*. O *Diário* comprou a tipografia do *Comércio de Santos* (1869), que fechou também no ano de 1872 devido a dificuldades financeiras.²⁵ No editorial de 21 de julho de 1876, o *Diário de Santos* já destacava a necessidade de reformas no porto de Santos para facilitar as exportações: “[...] é dever nosso insistir sobre a conveniência e necessidade de um caes e esse melhoramento cada dia se torna mais indeclinável. / A nossa cidade é a segunda na província, e sob alguns pontos, a primeira, pelo menos encarada quanto a seu commercio [...]”. Somente em 1892 essa necessidade se concretizaria, com a inauguração do primeiro trecho de 260 metros do cais do porto pela Companhia Docas de Santos. A partir de 1911, o *Diário de Santos* esteve sob a direção de Rangel Pestana que, entretanto, não conseguiu mantê-lo funcionando, acabando por fechar em 1918.

O principal rival do *Diário de Santos* era o jornal *Santos Comercial* (1894). Em 15 de novembro de 1895, declarou-se explicitamente monarquista, afirmando que [...] a

República não foi obra do Povo, mas sim dos militares. O povo apenas ficou surpreso com o golpe”. Uma clara provocação aos republicanos, que responderam com o empastelamento do jornal em 5 de dezembro de 1895. O jornal foi obrigado a interromper sua publicação, mas reapareceu em 29 de dezembro, com o seguinte relato do ocorrido, que nos ajuda a entender o significado de um empastelamento, tão comum naquela época:

[...] encontramos tudo em destroços: machina quebrada, cavaletes partidos, caixas viradas, marmore espatifado, janellas arrebentadas, cartões, caixas de papel, participações tudo pelo chão, numa desordem medonha ! Um relógio de parede levou 11 machadadas no mostrador; um clichê com o retrato do Sr. D. Pedro II e que ia servir para o numero especial, sobre o quarto anniversario do fallecimento do grande brasileiro, todo quebrado á machado; espigões de rolo torcido; lampeões amassados, furados; mesa de paginação partida; estandes escangalhadas; boladeiras, galés, componedores arremessados á distancia.

A luta entre republicanos e monarquistas após a Proclamação prosseguiu na imprensa brasileira. Após a renúncia de Deodoro da Fonseca, os republicanos se reagruparam em torno da figura de Floriano Peixoto, veterano da Guerra do Paraguai. Os monarquistas criticavam o autoritarismo do governo republicano, defendendo o liberalismo e o parlamentarismo. Entre seus adeptos estavam Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e o líder abolicionista José do Patrocínio. *O Paiz*, de Quintino Bocaiúva, apoiava a política oficial de Floriano, tal como o *Estado de São Paulo*, de Júlio Mesquita. *O Jacobino* e *O Nacionalista* também eram jornais de propaganda florianista.

Em 1891, surge o *Jornal do Brasil*, com nomes de peso como Joaquim Nabuco e José Veríssimo, em ferrenha oposição ao governo republicano. Organiza-se como empresa, possuindo rotativas modernas e também é o primeiro jornal brasileiro a ter uma equipe de correspondentes no exterior. Após dar destaque à notícia da morte de Pedro II, em dezembro de 1891, suas oficinas foram depredadas. O jornal monarquista *A Tribuna Liberal* - que mudou de nome, a partir de 1890, para *A Tribuna* - foi empastelado em 29 de novembro de 1890 por suas críticas ao governo de Deodoro. Esse acontecimento gerou uma onda de protestos em todo o meio jornalístico brasileiro. O jornal *A Platéia*, de Eduardo Prado, também se engajou na luta anti-florianista.

Em Santos, *A Tribuna do Povo* (1894), fundado pelo maranhense Olímpio Lima, tomou partido contra o governo republicano. Apesar de intitular-se um jornal “desligado das peias partidárias [...] independente e livre”, *A Tribuna* afrontou de forma aberta e virulenta os florianistas.

Nesse momento, os ânimos estavam acirrados, devido principalmente à fracassada revolta da armada em 1893. A Marinha de guerra uniu-se aos Federalistas dos Estados do sul do país contra as práticas centralistas e autoritárias de Floriano. O almirante Custódio

de Melo, ex-ministro da Marinha, liderou a revolta, bombardeando a capital federal em 6 de abril de 1893. Em seguida, rumou para o sul, com o objetivo de se reunir às tropas federalistas em Desterro. No caminho, tentou estabelecer uma base em Santos, com o apoio do almirante Saldanha da Gama.²⁶ Em seus ataques, logo no lançamento do jornal, Olímpio acusa Floriano de tirania, despotismo e bonapartismo, chamando-o, entre outras coisas, de “o carniceiro do Paraguai” e “salteador”. Em consequência, *A Tribuna* foi empastelada logo após o primeiro número, em março de 1894. Ela seria empastelada mais duas vezes: em abril de 1895 e dezembro do mesmo ano, pouco depois do empastelamento do *Santos Comercial*. Participou das ações de vandalismo o chamado Batalhão Patriótico “Silva Jardim”, liderado por Quintino de Lacerda, que atuava a mando do governador do Estado, Bernardino de Campos.

A Tribuna do Povo foi um dos primeiros jornais paulistas a ter duas tiragens diárias, com o lançamento da edição vespertina em 1898. Com a morte de Olímpio Lima em 1907, assumiu a administração José de Paiva Magalhães, até 1909, quando o jornal foi vendido a M. Nascimento Júnior. A partir de 1912, passou a ser impresso numa rotativa Albert, que permitiu ampliar a quantidade de páginas impressas.

Uma voz dissonante: a imprensa operária

Para compreender o surgimento da imprensa operária em Santos, é preciso entender o processo de enriquecimento e transformação da cidade entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, decorrente da economia do café. Entre 1880 e 1929, o Brasil respondia por aproximadamente três quartos da comercialização de café no mundo; as exportações de café desse período chegaram a representar 75% de toda a balança comercial brasileira. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi desbancado pelo café produzido na Colômbia, considerado de melhor qualidade, e hoje o café brasileiro ainda participa com cerca de um quarto das exportações mundiais de café.²⁷

O porto de Santos foi fundamental na constituição de um complexo portuário capitalista no Brasil. Ao contrário do porto do Rio de Janeiro, mantido pelo Estado, o porto de Santos era administrado por uma empresa privada sob concessão do governo. Após duas tentativas frustradas do poder público de modernizar o porto, a Companhia Docas de Santos recebeu uma concessão para realizar as obras e administrá-lo por 90 anos, de 1890 a 1980. Entretanto, desde as primeiras diligências para a construção do porto, desenvolveu-se um conflito entre a Companhia Docas, que detinha a concessão, e os comerciantes da cidade, donos das pontes e trapiches que se encontravam no local de construção do cais. As obras se iniciaram em 1892 e prosseguiram até 1909, quando o cais, dotado de armazéns, pátios, frigorífico e linha férrea, atingiu 4.720 metros de rampa. O movimento de

mercadorias no porto cresce exponencialmente, devido às obras. Em 1860 o movimento no porto foi de 36.250 sacas de café, em 1895 chegou a 2 milhões de sacas e em 1909 atingiu a marca de 13.130.933 sacas exportadas.²⁸ A modernização do porto e o saneamento da cidade podem ser consideradas obras interligadas, fazendo parte do processo de reestruturação da paisagem urbana de Santos, que transcorreu entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

A Companhia Docas, o “império de Guinle”, pode ser considerada o maior grupo capitalista brasileiro da época e um dos maiores impérios empresariais da história do capitalismo no Brasil.²⁹ Mas, se em Santos se faz sentir a força do Capital, nos inícios da industrialização brasileira, também do outro lado, o do Trabalho, se faz sentir a força da classe operária: Santos foi palco de um dos mais fortes e bem organizados movimentos de trabalhadores do Brasil, sob a liderança da categoria dos estivadores. Nas últimas décadas do século XIX, ocorreram na cidade algumas das primeiras greves do país, ligadas aos trabalhadores do porto: 1877 (portuários),³⁰ 1888 (construção civil), 1889 (estivadores e cocheiros). Em 1891, ocorreu na cidade a primeira greve geral do Brasil,³¹ iniciada por duas categorias profissionais essenciais para a vida da cidade: os estivadores do porto e os cocheiros de bondes.

Na época dos imigrantes, podia-se falar verdadeiramente numa “Babel portuária”, composta por trabalhadores das mais variadas origens e com diversos interesses e cuja organização foi tarefa do Sindicato dos Estivadores de Santos. A maior parte dos trabalhadores era constituída de imigrantes portugueses e espanhóis, que desembarcavam em contingentes cada vez maiores no porto. Santos era a porta de entrada dos imigrantes estrangeiros em direção às fazendas de café do interior paulista. Entre 1850 e 1930, teriam entrado aproximadamente 4 milhões e meio de imigrantes no Brasil. Calcula-se que teriam entrado no país, principalmente em São Paulo, 1.485.000 italianos, 1.321.000 portugueses e 583.000 espanhóis nesse período.³²

A burguesia comercial santista, enriquecida com as exportações de café, também fazia questão de evidenciar o seu poder. Em 1922, ficou pronta a sede da Bolsa Oficial do Café, construída pela Companhia Construtora de Santos de Roberto Simonsen e financiada pela Associação Comercial de Santos. A Bolsa Oficial, hoje convertida em museu, é um imponente edifício em estilo eclético, encravado no centro histórico de Santos, cuja função original era centralizar, organizar e controlar as operações do mercado cafeeiro. Construído em apenas dois anos e com o que havia de melhor e mais caro em termos de materiais na época - cúpulas de cobre, mosaicos de mármore, colunatas de granito - além de esculturas, vitrais e três enormes painéis do pintor Benedicto Calixto, o edifício era um

monumento à burguesia santista, um verdadeiro totem do capital cafeeiro.³³ Como ressalta a historiadora Ana Lanna, a Bolsa Oficial era uma espécie de “propaganda edificada”:

Pretendia difundir a riqueza do café atraindo para São Paulo capitais e trabalhadores. Fica patente nas suas intenções o projeto de cidade e de nação que a elite cafeeira formulara 80 anos antes da edificação desse monumento: a construção de uma nação e seu povo com suporte no capital internacional e nos trabalhadores brancos europeus, que aqui viriam, para com suas noções de progresso e civilidade formar o povo brasileiro, amortecendo os efeitos de 400 anos de escravidão.³⁴

Os órgãos da imprensa operária nasceram para desafiar a prepotência do capital cafeeiro e romper o monopólio da burguesia na imprensa, introduzindo novas vozes, heréticas e divergentes. Após as lutas pela abolição e pela República, nasce em Santos um movimento operário forte e combativo, impulsionado por uma imprensa vibrante que foi responsável pela organização dos trabalhadores e pelas primeiras greves gerais que o Brasil conheceu. O historiador Francisco Foot Hardman ressalta o papel da imprensa na organização da classe operária nesse período:

Numa época em que os grandes meios de comunicação de massa inexistiam, a imprensa, em especial o jornalismo, possuía um papel decisivo como veículo social de informação e formação: a imprensa operária, em particular, destaca-se por sua função de articuladora de interesses históricos de classe, como fatos de agitação e propaganda, na tentativa de aglutinar elementos de uma consciência operária comum.³⁵

Em 1889, surgiu na cidade o primeiro núcleo socialista de que se tem notícia no Brasil, fundado por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos de Escobar. Silvério Fontes era médico da Santa Casa de Misericórdia de Santos e, assim como os outros dois integrantes, havia participado ativamente das campanhas abolicionista e republicana (em 1886, já havia fundado o jornal abolicionista *A Evolução*), antes de converter-se ao socialismo. Silvério é pai do famoso poeta Martins Fontes (1884 - 1937), muito lido na época, também médico sanitaria e adepto do anarquismo.³⁶ O Centro Socialista, voltado inicialmente para a divulgação das idéias socialistas e a formação de cooperativas de ajuda mútua a trabalhadores, era responsável pela publicação do jornal *A Ação Social* (1892). Além de difundir o ideário socialista, o Centro organizava palestras aos participantes e construiu uma biblioteca para trabalhadores.

Em 1895, Silvério Fontes lançou *A Questão Social*, criticando logo em seus primeiros números a “sociedade dos adoradores do Deus Milhão”, “sua majestade o dinheiro” e defendendo a socialização dos meios de produção como a base econômica de uma sociedade mais justa. Devido, em grande parte, à sua formação como médico e cientista e ao clima intelectual da época, entendia o socialismo em termos evolucionistas, não como um projeto revolucionário, mas como um progresso e uma evolução natural do corpo social

para um estágio superior. Como o pai, o poeta Martins Fontes participou da campanha sanitária, mas em política sentiu-se muito mais atraído pelo socialismo libertário do russo Piotr Kropotkin.

Em 1891, começa a circular o jornal *União dos Operários*, de Cirilo Costa, editado pela associação mutualista de mesmo nome, constituída principalmente por mestres da construção civil. Em 1892, Benedito Figueiredo Ramos publicava *O Operário*, pequeno jornal vinculado ao Partido Operário, que difundia um socialismo doutrinariamente vago e abstrato, cujo objetivo era defender os interesses da classe trabalhadora. As três organizações - o *Centro Socialista*, a *União Operária* e o *Partido Operário* - unem-se em 1896 para formar o Partido Operário Socialista, que teve duração efêmera devido à falta de base social. Benedito Ramos fundaria em 1897 o jornal *A Greve* e Silvério Fontes participaria da criação do diário redigido em italiano *Avanti!* em 1900, além de colaborar na organização do Segundo Congresso Socialista Brasileiro (1902), no qual foi criado o Partido Socialista Brasileiro.

Em 1904, constitui-se a Sociedade Primeiro de Maio, formada por operários da construção civil. Neste mesmo ano, começa a circular o jornal *União dos Operários*, editada pela Sociedade Internacional União dos Operários, fundada em 7 de agosto de 1904. Criada inicialmente para representar os interesses das categorias dos trabalhadores portuários e dos ferroviários, a União logo passou a agrupar trabalhadores de todos os setores, chegando a ter milhares de membros. O jornal opunha-se à imprensa conservadora e defendia o direito à voz dos operários. Sua ação foi fundamental na organização da grande greve de 1905, dos portuários.

No *Congresso Operário* que se reuniu no Rio de Janeiro em 1906, é lançado *O Proletário*, jornal de tendência anarco-sindicalista, que marca o início do predomínio desta corrente sobre o movimento operário. Em 1907 aparece *A Aurora* e, em 1909, *A Aurora Social*. Neste último ano, surge também *A Tribuna Operária*, editada pela Sociedade União dos Operários. Lutava pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas (nesse ano, um projeto de lei garantindo esse direito estava sendo votado no Rio de Janeiro) e criticava jornais como a *Cidade de Santos* e *A Tribuna do Povo*, que defendiam os interesses da Companhia Docas e se opunham ao direito de greve dos trabalhadores. Na edição de 7 de agosto de 1907, publicava: “*A Tribuna* de hoje não é a de outros tempos, que era um jornal do povo, hoje Ella é do *polvo*” (o “*polvo*” era o nome sob o qual era conhecida a Companhia Docas de Santos).

O Proletário, de 1911, periódico anarquista, ia além das reivindicações trabalhistas, conclamando os leitores a uma revolução total em todas as esferas da vida, à guerra contra a sociedade capitalista e contra o “princípio religioso”, responsável pela resignação social

e a manutenção do *status quo*. *A Revolta* (1911), *A Dor Humana* (1911) e *A Rebelião* também eram periódicos em linha com o anarco-sindicalismo. Foi ao longo das duas primeiras décadas do século XX que Santos ficou conhecida pelo epíteto de “Barcelona brasileira”, com a emergência de um movimento operário forte, organizado e combativo. O anarco-sindicalismo constituía o ideal comum aos trabalhadores do porto, brasileiros de várias regiões do país e imigrantes de várias partes do mundo, aos quais se deve, sem dúvida, o caráter multicultural e cosmopolita que marca a cidade portuária até a atualidade.

Após o *crash* da bolsa de Nova York em 1929, o café entra em colapso. Os preços caem vertiginosamente e a crise econômica leva ao início do processo de industrialização induzido e tutelado pelo Estado autoritário comandado por Getúlio Vargas. As exportações do Porto se diversificam, incluindo os bens de consumo produzidos por empresas subsidiadas pelo Estado. Nessa época, o café já havia perdido a importância que tivera até então. A crise mundial do capitalismo, na década de 30, afetou a economia cafeeira no Brasil. Depois de sucessivas quedas de preço e queima de safras, a *Bolsa Oficial do Café* foi fechada em 1937 por tempo indeterminado, sendo reaberta somente em 1942, no contexto do esforço de guerra, passando a se chamar *Bolsa Oficial de Café e Mercadorias*.

Durante toda a Era Vargas, a cidade perde sua autonomia por ser considerada área de segurança nacional, o que provocou um forte impacto negativo na imprensa da cidade, que perdeu o dinamismo e o vigor que tivera nas décadas anteriores. Foi nessa época que se difundiu o mito da “Moscou Brasileira” e do “Porto Vermelho”, por causa da combatividade do movimento dos estivadores e dos sindicatos da região.³⁷

Em 1937, os portuários deflagraram a primeira greve geral do Estado Novo, desafiando o autoritarismo do governo Vargas, que nesse momento flertava com os regimes fascistas europeus. Os trabalhadores se recusavam a embarcar uma carga de café destinada às tropas do ditador Francisco Franco, que seria levada à Espanha por um navio da Alemanha nazista. A solidariedade aos revolucionários que resistiam ao fascismo de Franco na Guerra Civil Espanhola foi o motivo da paralização. Entretanto, no estado de exceção instaurado pelo Estado Novo, qualquer tentativa de paralização do trabalho era considerada um crime contra a segurança nacional e julgado como traição à pátria por um Tribunal de Segurança. O movimento durou dez dias, no decorrer dos quais o governo Vargas efetuou prisões e torturas, demissões em massa e decretou intervenção federal em Santos. Ocupado o Porto pelo exército, os estivadores foram obrigados a trabalhar à força, sob as ordens de um coronel integralista. Esse evento, amplamente divulgado na imprensa brasileira da época, foi relatado, em cores heróicas mas com fidelidade aos fatos, pelo escritor Jorge Amado no romance “Os subterrâneos da liberdade”.

Eventos como esse mostram com clareza que não pode haver imprensa livre onde não há autonomia e liberdade política.

Conclusão

O desenvolvimento da imprensa em Santos decorre, em larga medida, como vimos, do fato de ser a maior cidade portuária do país, por onde circulava parte da riqueza gerada com o café. Um dos elementos que permitiram o surto cafeeiro foi a construção da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em 1867, pela *São Paulo Railway Company*. De toda a malha ferroviária paulista, era a única estrada de ferro explorada diretamente pela firma inglesa. Um investimento altamente rentável, pois implicava o monopólio do transporte de toda a produção de café do interior do estado de São Paulo e de outras áreas vinculadas ao porto de Santos. A “Inglesa”, como era conhecida na época, fazia a ligação entre as fazendas produtoras de café do planalto paulista e o porto de Santos. Antes de sua inauguração, as sacas de café eram transportadas com muita lentidão e perdas consideráveis no lombo de mulas pela velha Estrada da Maioridade, que ligava Santos a São Paulo. Com a ferrovia, o café que chegava a Santos ia diretamente das fazendas para os trapiches dos comissários do café, na área portuária, de modo rápido e seguro. Os comissários eram encarregados de classificar, manipular, misturar, ensacar e rotular as variedades de café a serem exportadas. Fortunas foram feitas na atividade de exportação do café, chegando a ponto de os comissários financiarem a safra dos fazendeiros.³⁸

No decorrer das últimas três décadas do século XIX, após a construção da ferrovia e com a modernização do porto - justamente o período de florescimento da imprensa na cidade - as exportações cresceram vertiginosamente. No final do século, o movimento no porto santista era frenético. Somente no ano de 1897, para dar apenas um exemplo, foram embarcadas 6 milhões de sacas de café. Poucos anos depois, o porto chegou a monopolizar 95% do volume total das exportações brasileiras. Entre os anos de 1880 e 1929, o Brasil respondia por três quartos do comércio mundial de café.³⁹

Toda essa riqueza passava pelas mãos ávidas dos comissários do café, o que fez com que em Santos se formasse uma burguesia e uma classe média urbana relativamente numerosa, em termos de Brasil, que necessitava da informação, do entretenimento e da cultura oferecida pelos jornais e revistas. Ao mesmo tempo, com a construção do complexo portuário, a cidade tornou-se pólo de atração para trabalhadores estrangeiros (principalmente portugueses, espanhóis e italianos, mas minoritariamente também ingleses, alemães, japoneses e libaneses), que nela se estabeleceram. Essas comunidades de imigrantes ajudaram a impulsionar a imprensa na cidade, fundando uma diversidade de jornais, muitos deles em língua estrangeira, voltados para a associação e a ajuda mútua

entre seus membros ou para propalar suas reivindicações face às duras condições de trabalho, cimentando a sua união em torno de ideais em comum.

Contudo, após 1930 há um relativo declínio da imprensa na cidade, que decorre de diversos fatores conjugados. Em primeiro lugar, temos a crise da economia do café após o *crash* da bolsa de Nova York em 1929, o que diminuiu substancialmente o movimento no porto de Santos por longos anos e, conseqüentemente, afetou a economia da cidade. Em segundo lugar, destacamos a intervenção federal em 1930, após o golpe de Estado de Getúlio Vargas. Os prefeitos passaram a ser subordinados ao governo estadual e governavam sem a Câmara Municipal. A partir de 1937, com o golpe que instituiu o Estado Novo, a imprensa foi amordaçada pela censura do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) da ditadura varguista. Em terceiro e último lugar, com a difusão do rádio nas décadas de 1920 e 1930 e, mais tarde, com a difusão da televisão, a partir da década de 1950, a imprensa perde espaço. A concorrência com outros meios de informação faz com que diminua drasticamente a quantidade de jornais diários e também as tiragens, de uma maneira geral.

O valor estratégico do porto, o perfil cosmopolita que a cidade adquiriu após as reformas urbanas e com a vinda dos imigrantes, a força que os movimentos sociais manifestaram na cidade, todos esses fatores, fizeram com que Santos fosse considerada potencialmente perigosa e, por isso, sujeita à intervenção de regimes e governos autoritários. A autonomia municipal subtraída em 1930 por Vargas só seria recuperada em 1953, para ser perdida novamente com o golpe militar de 1964, que passou a ser governada diretamente pelos militares por ser considerada área de segurança nacional. Nesse ínterim, a imprensa havia mudado completamente no país. O jornalismo havia deixado de ser atividade de escritores para se tornar profissão e os jornais passaram a ser empresas capitalistas que obedecem aos ditames da concorrência e da racionalidade econômica. Os grandes jornais da cidade, como a *Cidade de Santos* e *A Tribuna*, foram cooptados pelo poder e a multiplicidade de pequenos jornais simplesmente desapareceu sem deixar vestígio. É claro que isso não se deve apenas à repressão política e aos imperativos econômicos, mas também ao desenvolvimento de outras mídias.

Os periódicos impressos passam a concorrer com outros meios de comunicação (TV, rádio, hoje a internet), numa sociedade em que a palavra escrita não é mais soberana. Podendo chegar simultaneamente a todos os lugares, os meios audiovisuais passam a dominar o acesso à informação e impõe uma outra relação com a notícia. Os meios audiovisuais de comunicação desenraizam a informação, que é retirada de seu contexto, e enfocam preferencialmente o mundo privado em vez da vida pública. Na era da imagem, a publicidade e o *marketing* reinam soberanos e contribuem para uniformizar e padro-

nizar estilos de vida, modos de pensar e agir: “[...] a rede das comunicações é tal que, mesmo sem um acordo prévio, todos se interessam pelos mesmos assuntos nos mesmos momentos, para desenvolver as mesmas opiniões.”⁴⁰ Ao contrário dos velhos jornais, o meio de comunicação deixa de ser o espaço de formação de uma opinião pública, deixa de ter o papel de uma tribuna, passando a ser um instrumento de recepção passiva, de difusão de modas e de reprodução do conformismo social. Perdeu-se a autonomia e a arte que caracterizava a imprensa artesanal e o jornalismo combativo oitocentista.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007

Notas

* Professor doutor da Universidade Paulista.

¹ TUDESQ, A. J. L'évolution de la presse quotidienne em France au XXe. Siècle. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n° 3 (1982), pp. 500-7.

² TOLEDO, Lafayette de. *Imprensa paulista: memória historica extrahida da Revista do Instituto Historico de São Paulo, 1827-1896*. São Paulo: Instituto Historico e Geografico de São Paulo, 1898.

³ PRADO JR., Caio. *Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo, Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1958, p. 122 e seg.

⁴ SANTOS, Francisco Martins. *História de Santos*, vol.2, São Vicente: Caudex, 1986, p. 4.

⁵ Observação de Guilherme Álvaro, apud GITAHY, Maria Lúcia C. *Ventos do mar: Trabalhadores do Porto, Movimento operário e Cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: UNESP/Prefeitura Municipal de Santos, 1992, p. 23.

⁶ O Ipiranga, que surgiu em 1849, contava com a participação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, primo do irmão de José Bonifácio, Martim Francisco de Andrada e Silva.

⁷ SANTOS, Francisco Martins, opus cit., p. 270.

⁸ SODRÉ, Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 215.

⁹ *Almanak da Cidade de Santos*, 1871.

¹⁰ O porto tornou-se estratégico a partir do fim do século XVIII para a exportação do açúcar produzido no planalto paulista. Em 1789, o governador Bernardo José M. de Lorena tornou-o o único porto da Capitania de São Paulo e em 1792, inaugurou uma via, que ficou conhecida como “Calçada do Lorena”, ligando o planalto ao litoral. Com essas medidas, o porto de Santos passou a monopolizar as exportações da Capitania de São Paulo. A cidade passou a ser valorizada a partir do momento que obteve a exclusividade do tráfego de mercadorias com o planalto, formando um binômio com São Paulo. Cf. CERQUEIRA, Rita Martins et alii, *Santos na formação do Brasil: 500 anos de história*, Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 2000, p. 28.

¹¹ Dados retirados de LANNA, Ana L. D. *Santos: Uma cidade na transição 1870-1913*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996, pp. 52 e 69.

¹² ANDRADE, Wilma Therezinha et alii. *Santos: um encontro com a história e a geografia*. Santos: Leopoldianum, 1992, p. 61.

¹³ Citado em GITAHY, Maria Lúcia C., opus cit., p. 23.

¹⁴ LANNA, Ana L. D., op. cit., p. 80.

¹⁵ O periódico foi publicado em edição fac-similar; cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Ed.), *Diabo Coxo*. São Paulo, 1864-1865. Edição fac-similar, São Paulo: Edusp, 2005.

- ¹⁶ Apud SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 252.
- ¹⁷ Apud AFFONSO, Almino. *A Abolição antes da Lei Áurea*, Folha de São Paulo, 7 de maio de 2000.
- ¹⁸ FONTES, Alice A. de Barros. *Prática abolicionista em São Paulo: os caifases (1882-1888)*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP/FFLCH, 1976.
- ¹⁹ LANNA, Ana L. D., op. cit., p. 193 e seg.
- ²⁰ *A Tesoura*, 5 de novembro de 1876.
- ²¹ HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 332.
- ²² MARTINS, Ana L. Martins e LUCA, Tania R. de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006, p. 42.
- ²³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., pp. 296-7.
- ²⁴ Idem, p. 276.
- ²⁵ Werneck Sodré se equivoca ao dizer que a Revista Commercial “se transformaria” no Diário de Santos em 1872, cf. Hist. da Imp. no Br., p. 178.
- ²⁶ SANTOS, Francisco Martins dos., op. cit., p. 256 e seg.
- ²⁷ Dados de VILAS-BOAS, Sérgio. *Santos: o centro histórico, o porto e a cidade*. São Paulo: Audichromo Editora/Horizonte Geográfico, 2005, p. 53.
- ²⁸ Dados retirados de GITAHY, Maria Lúcia C. Op. Cit., p. 30.
- ²⁹ Sobre a formação da Cia. Docas, sua importância e os conflitos que gerou, cf. HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto*. A Cia Docas de Santos (1888-1914), São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- ³⁰ A greve de 1877, que pode ser considerada a primeira paralisação de trabalhadores do Brasil, foi retratada no filme “Libertários” de Lauro Escorel, em 1976.
- ³¹ Sobre essa greve cf. GITAHY, Maria Lúcia C., op. cit., p. 79-82.
- ³² Cf. PETRONE, Maria T. Shorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 11.
- ³³ Sobre todo o processo de construção da Bolsa Oficial do Café e sua importância no contexto da economia cafeeira, cf. BARBOSA, Gino C. et alii, *O palácio do café*, São Paulo: Magma Cultural Editora, 2004.
- ³⁴ LANNA, Ana L. D. A transformação urbana: Santos 1870-1920, *Revista da USP*, nº 41, 1999, p. 108.
- ³⁵ HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 311.
- ³⁶ Sobre a trajetória de Silvério Fontes, cf. PEREIRA, Astrogildo. Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil, *Estudos Sociais*, nº 12, Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962, pp. 401-9.
- ³⁷ Sobre o contexto político desse período e os estivadores do Porto, cf. SILVA, Fernando T. da. *A Carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: Direitos e cultura de solidariedade 1937-1968, São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995 e SARTI, Ingrid. *Porto Vermelho. Os estivadores santistas no sindicato e na política*, São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- ³⁸ Sérgio Vilas Boas. op. cit. p. 53.
- ³⁹ Idem, *Ibidem*.
- ⁴⁰ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado, in: *História da Vida Privada*, Vol. 5, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 148.